

Curricularização da Extensão no Instituto Federal de São Paulo: fundamentos, trajetória e desafios atuais

Curricularization of Extension at Instituto Federal de São Paulo: foundations, trajectory and current challenges

Luciana Harumi dos Santos Sakano¹, Marcelo Vilela de Almeida¹

Resumo

Este artigo analisa a implementação da curricularização da extensão no Instituto Federal de São Paulo, à luz da Resolução CNE/CES nº 7/2018. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em pesquisa-ação e estudo de caso, com base em revisão bibliográfica, análise documental e observação participativa em espaços de gestão e formulação da política extensionista. Os resultados apontam avanços significativos no desenvolvimento da extensão na instituição, como o expressivo aumento no número de projetos, a criação de programas institucionais e a inserção da extensão em 100% dos cursos de graduação, respaldada por normativas próprias. Destaca-se, ainda, a crescente apropriação dos conceitos extensionistas por docentes, técnicos-administrativos, estudantes e gestores(as). Por outro lado, persistem desafios como lacunas conceituais sobre o que caracteriza uma ação extensionista, a predominância de lógicas internas em detrimento do diálogo com os territórios, além de entraves operacionais e estruturais que comprometem a efetividade da política. Conclui-se que a consolidação da curricularização da extensão no IFSP exige mais do que regulamentação normativa, requer transformações culturais, pedagógicas e institucionais que fortaleçam a cultura extensionista e reafirmem o compromisso da Educação Superior com a transformação social.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão. Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. Políticas Educacionais. Gestão da Extensão.

Abstract

This article examines the implementation of extension curriculum integration at the Federal Institute of São Paulo, in accordance with Resolution CNE/CES No. 7/2018. The study adopts a qualitative approach, grounded in action research and a case study methodology, and is based on a literature review, document analysis, and participatory observation in policy planning and management settings. The findings reveal significant progress in the institution's extension efforts, including a substantial increase in extension projects, the establishment of institutional programs, and the integration of extension activities into all undergraduate courses, supported by institutional regulations. Moreover, there is a growing engagement with extension principles among faculty, students, and administrators. Nonetheless, persistent challenges remain, such as conceptual ambiguities about what characterizes an extension activity, the predominance of internal institutional logics over engagement with surrounding communities, and operational and structural limitations that hinder effective implementation. The study concludes that consolidating extension curriculum integration at IFSP requires more than regulatory frameworks; it calls for profound cultural, pedagogical, and institutional transformations to strengthen an extension-oriented academic culture and reaffirm higher education's commitment to social transformation.

Keywords: Curricularization of Extension. Vocational and Technological Education. Federal Institutes. Educational Policies. Extension Management.

¹ Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil.

Correspondência

lucianaharumix@gmail.com

Direitos autorais

Copyright © 2025 Luciana Harumi dos Santos Sakano, Marcelo Vilela de Almeida.

Licença

Este é um texto distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido

19/05/2025

Aprovado

22/08/2025

ISSN

2316-2007

INTRODUÇÃO

A inserção curricular da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente das vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), tem se intensificado nos últimos anos, sobretudo após a publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES nº 7/2018), que versa sobre as diretrizes da extensão na Educação Superior (Brasil, 2018). Ao regulamentar a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE 2014-2024), essa normativa estabelece que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser composta por programas e projetos de extensão, preferencialmente voltados para áreas de relevante interesse social (Brasil, 2014). Trata-se de um marco regulatório que consolida a extensão como dimensão educativa estruturante da educação superior brasileira, reforçando o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sabe-se que a efetivação da curricularização da Extensão não se dá de forma automática após sua regulamentação. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cuja trajetória extensionista é mais recente que nas universidades, o processo de incorporação da extensão nos currículos tem enfrentado desafios institucionais, conceituais e operacionais. Os Institutos Federais (IFs), criados em 2008, passaram a assumir, em sua missão institucional, o desenvolvimento da extensão como prática educativa, dialógica e transformadora. No entanto, o movimento de inserção curricular da extensão tem revelado tensões entre diretrizes normativas, práticas pedagógicas e mecanismos de gestão (Brasil, 2008).

Este artigo tem como objetivo analisar a implementação da curricularização da Extensão no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a partir de revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso que contou com a observação participativa de ações e debates institucionais promovidos desde 2014. Para tanto, opta-se por um estudo de caso com abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa-ação, considerando a imersão da equipe de pesquisa em espaços de formulação e gestão da política de extensão.

Os resultados indicam que, embora o IFSP tenha avançado na regulamentação institucional e na adaptação de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), persistem dificuldades relacionadas à compreensão conceitual da extensão, à vinculação efetiva com a sociedade e à estruturação dos sistemas de registro e avaliação. Observa-se ainda um tensionamento entre o movimento originário da extensão, tradicionalmente impulsionado pelas demandas sociais, e a lógica da curricularização da extensão, que parte das necessidades internas de adaptação dos cursos. Apesar dos desafios, constata-se um processo em construção, com progressiva apropriação dos conceitos extensionistas por docentes, técnicos-administrativos, estudantes e gestores(as), avanços na articulação entre ensino e extensão, e esforços institucionais voltados à qualificação das práticas pedagógicas e dos mecanismos de gestão da política extensionista.

MÉTODOS

Este trabalho traz reflexões advindas da pesquisa de doutorado provisoriamente intitulada “Curricularização da Extensão: função social ou mecanismo neoliberal?”. Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, a pesquisa mais abrangente tem como objetivo analisar a implementação da inserção curricular da extensão no Brasil, com o objetivo de compreender se os conceitos pactuados nacionalmente vêm se desdobrando em programas e projetos de extensão integrados aos currículos de cursos de graduação. Neste recorte, será analisado o desenvolvimento da extensão no IFSP ao longo dos últimos anos, abrangendo o período desde 2014 até o momento atual.

Para isso, realizou-se revisão bibliográfica como ponto de partida para apreensão das principais discussões atualmente apresentadas, bem como análise documental de projetos extensionistas e normativas nacionais e institucionais acerca da Extensão. Nacionalmente, buscou-se analisar as leis relacionadas ao tema e as contribuições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e do Fórum de Pró-Reitores

de Extensão do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT).

Ademais, foi observada a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018), por se configurar como o primeiro marco regulatório voltado especificamente à Extensão. O documento versa sobre concepção, diretrizes e princípios da extensão na Educação Superior brasileira, regulamentando a Meta 12.7 do PNE 2014-2024, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, especificamente, em relação à inserção curricular da extensão prevista: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014). Para a apreensão e análise da implementação prática da política, realizou-se também uma análise documental de um *corpus* composto por 512 projetos extensionistas vinculados à curricularização no IFSP, distribuídos entre os anos de 2023 e 2025, sendo 77 projetos em 2023, 171 em 2024 e 264 em 2025. Os dados foram extraídos do módulo Extensão do Sistema Unificado de Administração Pública do IFSP (SUAP/IFSP) e compreendem as propostas aprovadas aos editais institucionais específicos para fins de curricularização, a saber: Edital IFSP/PRX nº 182/2023 e Edital IFSP/PRX nº 25/2025.

Posto que a curricularização da extensão se trata de um fenômeno bastante recente, optou-se pela realização de estudo de caso por se tratar de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2005, p. 32). Dessa maneira, selecionou-se o IFSP como *locus*, devido à atuação profissional e ao acúmulo de análises anteriores acerca do desenvolvimento da extensão nessa instituição.

Em consonância com a pesquisa-ação, o trabalho tem como base a ideia de interrelação e simultaneidade entre pesquisa/ação e ação/pesquisa como postulado por Franco (2005). Dessa maneira, admite-se a existência de uma base empírica mediada pela reflexão e pela busca de soluções acerca de uma realidade na qual se participa de forma colaborativa e participativa, assim sendo, suscitando engajamento e articulação entre ação e prática (Thiollent, 1986), as-

sim como assumindo um “caráter comunicativo, interativo, educativo, prático e transformador, tanto [em relação] ao contexto observado, quanto aos participantes inseridos no processo de investigação” (Silva; Oliveira; Ataídes, 2021, p. 12).

RESULTADOS

A curricularização da extensão deve ser compreendida como parte de um processo histórico e político mais amplo que visa ressignificar o papel da universidade na sociedade. Como destacam Gadotti (2017) e Freire (2006), a extensão não pode ser reduzida a uma prática assistencialista, unilateral e transmissiva. Ao contrário, deve ser concebida como espaço de comunicação de saberes, de construção coletiva do conhecimento e de articulação entre universidade e sociedade. Essa concepção dialoga com a ideia de universidade popular defendida por autores como Florestan Fernandes (1975) e Darcy Ribeiro (1969), os quais sustentam que a universidade deve assumir uma função social emancipadora, capaz de responder criticamente às desigualdades estruturais e aos desafios contemporâneos. A extensão, nessa perspectiva, é um campo estratégico de formação cidadã, construção de conhecimento situado e transformação social, demandando uma reforma profunda nos currículos e nos projetos político-pedagógicos (Romão; Loss, 2013). A incorporação da extensão aos currículos, portanto, é uma oportunidade de romper com o modelo fragmentado e elitista da universidade, aproximando-a dos territórios populares, dos saberes invisibilizados e das lutas sociais historicamente subalternizadas.

Diferentemente do histórico da extensão nas universidades, que tem seus primeiros registros oficiais pelo menos desde a década de 1930, a EPT, sobretudo suas instituições federais, teve como marco extensionista a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a RFEPC e criou os IFs (Brasil, 2008). Com o propósito de superar a dicotomia entre formação propedêutica e profissionalizante, ao mesmo tempo em que reafirma o papel estratégico da EPT como promotora do desenvolvimento local, os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com algumas exceções, foram reestruturados e transformados em IFs. Essas instituições se configuram

como autarquias pluricurriculares e multicampi, aprofundando o processo de verticalização do sistema educacional brasileiro. Além de ofertarem educação básica, profissional e superior, os IFs também passaram a contar com o desenvolvimento da extensão em seus objetivos e finalidades, incumbindo-se, assim como as universidades, de materializar o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008; Sakano, 2022).

Em um primeiro momento da incorporação da extensão na RFEPCT, a construção de suas diretrizes buscou estabelecer certa diferenciação em relação à tradição universitária, tentando conferir identidade própria ao fazer extensionista no âmbito da EPT. Documentos como “Extensão Tecnológica” (FORPROEXT, 2013), em parceria com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), expressam esse esforço ao propor uma tipologia distinta, vinculada à dimensão tecnológica e à relação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais. Essa tentativa inicial de distinção resultava da necessidade de adaptar a extensão à lógica e à missão dos IFs, especialmente no que se refere à sua inserção territorial e ao papel estratégico que cumprem no desenvolvimento local e regional (Sakano, 2022).

No entanto, esse movimento de diferenciação foi gradualmente substituído por um processo de convergência. A publicação de “Contribuições para a Política de Extensão da RFEPCT” (FORPROEXT, 2015) revela esse alinhamento ao retomar e unificar os princípios da “Política Nacional de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012), reconhecendo a extensão como processo educativo, político, cultural, social e científico-tecnológico, ancorado na interação dialógica com a sociedade (Sakano, 2022). Com a publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, consolida-se uma concepção unificada de extensão para todas as IES, independentemente da natureza institucional. O documento, construído a partir da articulação de todos os fóruns de extensão nacionais, contou com forte influência do acúmulo histórico do FORPROEX, que, desde sua criação, em 1987, atua como ator social que articula políticas e reflexões extensionistas (Nogueira, 2013).

A resolução reafirma o caráter educativo, político, cultural e transformador da extensão, destacando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a formação cidadã de estudantes e o diálo-

go com a sociedade como elementos centrais, bem como distribui responsabilidades às instituições no que diz respeito à avaliação, registro e financiamento das ações extensionistas, exigindo a elaboração de políticas internas que assegurem a efetividade da inserção curricular da extensão (Brasil, 2018). Ademais, apesar de definir as ações extensionistas, não as conceitua, o que, também nesse aspecto, mantém uma lógica de descentralização normativa, delegando às IES a definição do que se compreende por ação de extensão. Isso resulta em desafios para a sistematização e a mensuração de impactos, especialmente na RFEPCT, cuja trajetória recente no campo da extensão ainda busca consolidar-se. Apesar disso, a resolução representa um marco importante na valorização da extensão como dimensão educacional estruturante e sua prática efetiva passa a ser reconhecida como política pública para a educação superior brasileira (Brasil, 2018; Sakano, 2022).

Cabe destacar duas questões antes de abordar as experiências extensionistas do IFSP. A primeira se refere ao financiamento, já que os passos mais significativos rumo à inserção curricular da extensão foram dados justamente em períodos marcados por retração do investimento público em educação e por governos de orientação mais neoliberal. É o caso do Plano Nacional de Educação 2001-2010, instituído durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu a meta de destinar 10% dos créditos da graduação a ações extensionistas; e da Resolução CNE/CES nº 7/2018, publicada no final do governo de Michel Temer. Assim, não é coincidência que o desafio do financiamento se faça tão presente e cada vez mais urgente (Sakano, 2022).

Além disso, seguindo a definição do FORPROEXT, fórum no qual a participação do IFSP é mais proeminente, será utilizado o termo "curricularização" para tratar da inserção curricular da extensão na instituição. A escolha não é meramente terminológica, uma vez que cada expressão remete a um estágio distinto do processo. Esse termo, no entanto, não se opõe à concepção do FORPROEX, pois, enquanto a curricularização diz respeito à inclusão formal da extensão nos currículos dos cursos, a inserção curricular se refere a uma articulação mais profunda, que gera impactos institucionais mais amplos, ainda pouco observados na fase atual de implementação.

Extensão no IFSP: da incorporação à regulamentação da curricularização

O desenvolvimento da Política de Extensão no IFSP foi profundamente influenciado pelo contexto nacional de expansão da RFEPCT e pelas diretrizes das políticas públicas voltadas para democratização do acesso à educação. A Extensão foi e é amplamente mobilizada durante a implementação de novos *campi* devido à sua agilidade para atender demandas sociais, bem como por se configurar como mecanismo de diálogos que permitem criar pontes e articulações com o território. Inserida nesse cenário, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFSP (PRX) vivenciou um processo de amadurecimento institucional que acompanhou, mas também antecipou, movimentos mais amplos de consolidação da extensão na EPT. Em 2014, a adoção do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) marcou um ponto de inflexão importante nesse processo, pois aproximou o IFSP das práticas consolidadas no âmbito do FORPROEX e fortaleceu a estruturação das ações extensionistas, promovendo maior sistematização, transparência e alinhamento com os princípios observados na Resolução CNE/CES nº 7/2018, como a caracterização de atividades extensionistas como programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço (Sakano, 2022).

A trajetória extensionista da PRX revela avanços significativos na institucionalização da extensão como dimensão educativa, mesmo com o cenário de limitações orçamentárias cada vez mais evidentes a partir de 2016. A qualificação dos editais e a incorporação progressiva de critérios como participação ativa da sociedade e de estudantes, o impacto social e a articulação com políticas públicas demonstram o esforço da instituição em consolidar um modelo de extensão socialmente referenciado. A constituição de programas institucionais, como os voltados à formação profissional de mulheres, economia solidária, cursinhos populares e articulação com escolas públicas, evidencia a intencionalidade pedagógica e transformadora das ações da instituição. Para ilustrar o expressivo desenvolvimento extensionista na instituição, entre 2012 e 2017, período que precede a efetiva implementação da curricularização da extensão, o número de projetos de extensão aumentou 4.900%: de 8 em 2012 para cerca

de 300 em 2015, até alcançar aproximadamente 400 em 2017. Houve uma fase inicial fortemente dependente de recursos formais da PRX e, a partir de 2014, observa-se o surgimento de projetos financiados com recursos dos campi e desenvolvidos sem recursos específicos, o que demonstra maior engajamento institucional com a extensão. Mais do que o crescimento quantitativo, observa-se uma ampliação da diversidade das ações extensionistas. A leitura do *corpus* evidencia projetos voltados à articulação de oficinas, cursos, eventos, assessorias técnicas, produção de materiais educativos, desenvolvimento de tecnologias sociais, ações culturais e atividades de educação ambiental, demonstrando que a curricularização passou a mobilizar diferentes estratégias de intervenção junto às comunidades.

Nesse ínterim, vê-se que desde 2014 o IFSP previa contemplar atividades extensionistas no currículo de seus cursos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI 2014-2018). Contudo, apesar de constantes diálogos tanto entre as Pró-Reitorias quanto com os *campi*, foram observados poucos avanços, dada a existência de indefinições. Nesse sentido, assim como em muitas outras instituições, a mobilização para a construção das diretrizes nacionais extensionistas impulsionou o debate institucional, que passou a ter cada vez mais relevância, em especial, a partir de 2018.

O IX Encontro de Coordenadores de Extensão do IFSP, em 2018, contou com a partilha de experiências de instituições precursoras da creditação da extensão, como era chamada naquele período. No ano seguinte, foi realizado o I Seminário sobre a Creditação da Extensão, no qual representantes do Ensino e da Extensão de todos os campi se debruçaram sobre a construção de uma minuta com as diretrizes institucionais para a curricularização da extensão. Além disso, também em 2019, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 consolidou o Programa de Curricularização da Extensão.

Em 2020, em decorrência da pandemia, todos os editais da PRX foram suspensos e os recursos foram destinados para ações de combate à COVID-19. No contexto de calamidade pública, os debates sobre curricularização foram reduzidos, sendo retomados em 2021, com a instituição de um Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar composto por representantes das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão e de seus respectivos conselhos, bem como da Agência de Inovação,

que se dedicaram à elaboração das diretrizes institucionais para a curricularização da extensão. Ainda em 2021, o GT concluiu a minuta, que foi apresentada à comunidade, acompanhada de debate formativo com especialistas de outras instituições da RFEPT, culminando na Resolução Normativa IFSP nº 05/2021, que dá as diretrizes da curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFSP (IFSP, 2021b), cujas orientações operacionais são dadas pela Instrução Normativa IFSP n.º 05/2022 (IFSP, 2022).

A fase de reformulação dos PPCs de graduação, de forma a atender a previsão de 10% da carga horária em programas e projetos de extensão, articulou-se com o período final dos Currículos de Referência, ação desenvolvida pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE) desde 2019, que teve como objetivo reestruturar os cursos de elevação de escolaridade a fim de fortalecer a identidade institucional, além de garantir o acesso, permanência e êxito de estudantes, ampliando possibilidades de mobilidade acadêmica e de aproveitamento de estudos (IFSP, 2021a). Essa articulação permitiu que todos os cursos de graduação já contassem com a curricularização da extensão no final de 2022. Assim, foi lançado um edital específico para gerir programas e projetos com fins de curricularização da extensão, visando acompanhar a implementação, bem como detalhar alguns pontos não contemplados nas regulamentações.

Desde as atividades do GT até a publicação dos marcos normativos, foram tomadas como base as diretrizes estabelecidas pelo FORPROEXT e pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) e suas “Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (FORPROEXT; FDE, 2022), o que levou à possibilidade de três formatos de incorporação nos currículos: (1) disciplina não específica ou (2) específica, ou ainda como (3) componente específico. Essa característica garante maior flexibilidade na inserção da extensão nos currículos, possibilitando, inclusive, que mais de um formato fosse adotado em um mesmo PPC. Cabe salientar que, a partir de dados qualitativos colhidos via observação participante durante assessorias e visitas formativas aos campi, nota-se que os formatos de disciplina específica e componente específico são lidos como mais fáceis de serem implementados em comparação com o formato de disciplina não-específica. Nesse último caso, em sua concepção, define-se que a extensão será realizada de forma

fragmentada dentro das disciplinas que também contam com carga horária teórica. Trata-se de buscar efetivar as diretrizes da extensão em alguns minutos por dia, o que é bastante difícil. Observa-se pelos relatos que a curricularização por meio de disciplina não-específica somente é viável se subvertida, ou seja, só funciona se for feita de uma forma diferente do que foi previsto no planejamento do curso.

Outrossim, seguiu-se o previsto no PNE 2014-2024, mantendo somente programas e projetos de extensão como ações elegíveis à curricularização. Essa escolha é bastante significativa, pois permite um planejamento mais consistente das ações extensionistas, posto que programas e projetos são ações mais complexas que têm uma natureza integradora das demais modalidades extensionistas. Além disso, como defendido por Sakano (2022), são essas ações que costumam contemplar em suas conceituações as diretrizes extensionistas, sobretudo as relacionadas à indissociabilidade e participação da sociedade e de estudantes.

A Figura 1 apresentada a seguir foi construída com base nas normativas elaboradas para a implementação da curricularização da extensão que orientam sua inserção nos cursos de graduação do IFSP.



Figura 1 - Síntese das diretrizes da Curricularização da Extensão no IFSP

Fonte: Elaboração própria com base nas normativas da Curricularização da Extensão no IFSP.

Implementação da curricularização da Extensão no IFSP

As regras [...] são apenas um dos elementos importantes para compreender implementação de políticas públicas, mas elas não são

suficientes para determinar o que de fato vai acontecer. [...] [um] elemento constitutivo dos estudos de implementação: [...] entender “a política como ela é”, ou seja, não apenas a analisar como ela deveria ser ou como está escrito nas normas em que ela deveria funcionar, mas sim a como ela de fato acontece. Estudos de implementação se propõem a investigar para além do formal, do oficial e do normativo. Se propõem a desvendar processos decisórios na maneira como eles ocorrem, envolvendo os atores que eles envolvem e gerando as conclusões que eles geram. Esse olhar para a realidade de forma analítica e não “condenatória” é uma dimensão constitutiva dos estudos sobre implementação de políticas públicas (Lotta, 2019, p. 20).

A partir dessa perspectiva é possível compreender que, embora o IFSP tenha instituído regulamentações e diretrizes formais para a curricularização da extensão, sua implementação efetiva não ocorre de maneira automática. Ao contrário, carrega consigo desafios históricos e institucionais enfrentados pela Extensão. A análise dos projetos vinculados à curricularização da extensão evidenciou dificuldades mais recorrentes nos primeiros anos de implementação, no qual se observou que pouco mais da metade das propostas executadas, especialmente no primeiro ano, não se configuravam como projetos de extensão propriamente ditos, ou seja, ações temporais, com objetivos delineados e atividades claramente definidas que promovem a articulação entre IFSP e a sociedade. Foram identificadas submissões em que quase todos os campos do projeto se limitavam a repetir trechos de legislações relacionadas à curricularização da extensão, resultando em propostas vagas e pouco fundamentadas. Nessas, a curricularização era tratada como um fim em si mesma, aparecendo como justificativa, objetivo e resultado da ação. Também foram amplamente observadas propostas com abordagem exclusivamente teórica ou excessivamente genérica, que transferiam, sem indicar um planejamento prévio ou alguma intencionalidade, o desenvolvimento da ação para estudantes.

Esses padrões evidenciavam uma incompreensão conceitual sobre o que constitui uma ação extensionista e revelavam uma limitação de sua potencialidade transformadora. Em grande parte das propostas analisadas, notou-se pouco ou nenhum vínculo com a sociedade, com atividades restritas ao espaço físico do campus e centradas unicamente nas rotinas dos cursos de graduação, des-

considerando o princípio do diálogo com os territórios e sujeitos externos. Essa abordagem centrada exclusivamente na lógica interna dos cursos enfraquece o caráter dialógico e social da extensão, fazendo com que as ações se assemelhem a exercícios curriculares internos, sem conexão com demandas concretas. Adicionalmente, observou-se com frequência uma visão estigmatizada da sociedade, reduzida a uma condição de “carência”, o que compromete os princípios de diálogo e da construção coletiva que deveriam orientar qualquer ação extensionista. A sociedade apareceu em alguns casos como um objeto passivo da intervenção institucional, e não como sujeito coparticipante do processo educativo. Por fim, verificaram-se registros inadequados ou incompletos nos sistemas institucionais, comprometendo o acompanhamento, a avaliação e a própria institucionalização da curricularização.

Esses problemas apontam para a necessidade de um processo formativo contínuo de servidores(as), estudantes e sociedade a fim de fortalecer diálogos e qualificar as práticas extensionistas. Além disso, revelam não apenas lacunas operacionais, mas também tensões mais profundas relacionadas ao entendimento da própria função da extensão na educação superior brasileira. Conforme analisam Ovidio e Martins (2024), historicamente, a extensão foi uma prática restrita, tratada como algo periférico às atividades centrais da universidade e frequentemente confundida com qualquer ação que não se enquadrasse no ensino ou na pesquisa. Essa indefinição gerou diferentes posicionamentos: há quem compreenda a importância da extensão, mas não sabe como aplicá-la no cotidiano; há os que reconhecem seu potencial, mas se sentem desmotivados pelas dificuldades institucionais; outros ainda duvidam de sua efetividade; e há aqueles que desconhecem completamente suas diretrizes e acabam por reduzir a Extensão a ações sem participação social efetiva (Ovidio; Martins, 2024). Acrescenta-se que parte da comunidade acadêmica resiste à ideia de extensão e, mais veementemente, de curricularizar a extensão.

Esse cenário de fragilidade conceitual e prática da extensão não é novidade. Já nos anos 2000, Nogueira (2001) apontava que as ações extensionistas se restringiam, em grande medida, a públicos já inseridos no ensino superior, reproduzindo lógicas de exclusão e beneficiando apenas setores com maior capital econômico e político.

Tal crítica se soma aos apontamentos de Paulo Freire (2006), que, com base em sua atuação no Chile nos anos 1960, questionou o próprio conceito de extensão. Para o educador, muitas práticas então vigentes estavam ancoradas em uma lógica de imposição de saberes, desconsiderando o diálogo entre os sujeitos e promovendo o que chamou de “invasão cultural”, isto é, a transferência verticalizada de conhecimento, sem construção coletiva.

No que se refere às fragilidades materiais, amplamente percebidas nos diálogos com extensionistas dos *campi*, muitos dos obstáculos apontados como entraves à curricularização da extensão revelam-se, na verdade, como desafios estruturais que afetam a educação superior como um todo, e não apenas a dimensão extensionista. Escassez de recursos, insuficiência de pessoal, sobrecarga de trabalho docente e técnico-administrativo, além do desinteresse ou da falta de tempo por parte dos estudantes são alguns exemplos dessa realidade. Nesse contexto, a defesa da curricularização da extensão integra a própria luta por uma educação superior de qualidade, uma vez que ambas se fundamentam nos mesmos princípios de transformação social e formação crítica.

Diante do panorama apresentado, é possível afirmar que os avanços institucionais na regulamentação da curricularização da extensão no IFSP representam conquistas importantes, mas ainda insuficientes para garantir sua plena efetivação. A análise evidencia que a implementação da política exige mais do que diretrizes normativas: requer mudanças culturais, pedagógicas e institucionais profundas. Os desafios enfrentados, desde lacunas conceituais até entraves operacionais e estruturais, revelam a complexidade de integrar a extensão de forma orgânica aos currículos e ao cotidiano acadêmico. Ainda assim, as experiências acumuladas demonstram um processo em construção, marcado por tensões, aprendizados e esforços contínuos de aprimoramento. Consolidar a extensão como dimensão formativa exige o fortalecimento da cultura extensionista, o investimento específico para seu desenvolvimento, o engajamento para formação crítica e o compromisso com práticas educativas que coloquem a sociedade no centro do processo formativo, reafirmando a função social e transformadora da educação. Lembrando que:

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa (Gadotti, 2017, p. 4).

Apesar de ser um processo recente e ainda permeado por dificuldades, os resultados de diversas formações realizadas entre 2022 e 2025, bem como o acúmulo de experiências nos campi já começam a evidenciar avanços concretos. Por meio da leitura de projetos submetidos mais recentemente, é possível identificar avanços significativos no processo de curricularização da extensão, especialmente no que diz respeito à articulação entre os cursos, ao alinhamento com o planejamento estratégico institucional e à crescente apropriação dos conceitos extensionistas por parte de docentes, técnicos-administrativos, estudantes e gestores(as), bem como a gradual elevação da quantidade de estudantes nas equipes dos projetos extensionistas.

Criaram-se espaços de diálogo entre áreas distintas do conhecimento e floresceram debates sobre as finalidades dos cursos, favorecendo uma visão mais integrada entre ensino, pesquisa e extensão. Paralelamente aos desafios observados na implementação da curricularização, destaca-se o esforço institucional em aperfeiçoar os mecanismos de registro e acompanhamento das ações extensionistas por meio de aprimoramentos do sistema informatizado que favoreçam a integração entre o ensino e a extensão. Tal integração, prevista nas normativas, exige que os sistemas institucionais sejam capazes de refletir e acompanhar as interações entre componentes curriculares e as ações extensionistas. A adequação desses sistemas tem sido uma das prioridades da PRX, que atua em articulação com outras áreas, como ensino e pesquisa, no intuito de garantir registros mais qualificados, integrados e aderentes aos objetivos formativos da política de curricularização. Com essas implementações, tornou-se possível observar o aumento significativo da previsão de participação de pessoas externas à instituição, indicador que expressa a abertura dos projetos ao diálogo com os territórios. A evolução dos projetos de extensão vinculados à curricularização, bem como o quantitativo de estudantes envolvidos e de participantes externos estimados no IFSP entre 2023 e 2025, pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1: Projetos de extensão vinculados à curricularização, estudantes envolvidos e participantes externos estimados no IFSP (2023-2025)

Fonte: Elaboração própria com base no SUAP/IFSP.

Indicador	2023	2024	2025	Variação (2023-2025)
Projetos de extensão	77	171	264	243%
Estudantes extensionistas	3.317	4.141	6.296	89,8%
Participantes externos estimados	327.317	403.171	654.528	99,9%
Projetos com cunho social	49,4%	53,8%	50%	-

Para além dos indicadores quantitativos, a análise qualitativa do corpus permite identificar tendências relevantes da implementação da curricularização no IFSP. Destacam-se o fortalecimento das ações desenvolvidas junto à educação básica, a ampliação de iniciativas relacionadas à inclusão social, sustentabilidade e direitos humanos, o crescimento de projetos voltados ao desenvolvimento de tecnologias sociais e a intensificação das articulações entre ensino, pesquisa e extensão. Esses resultados evidenciam que a curricularização passou a produzir experiências formativas vinculadas a demandas concretas dos territórios. Além da ampliação quantitativa, a análise qualitativa dos projetos evidencia impactos na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Observou-se que a curricularização favoreceu a integração de componentes curriculares com ações desenvolvidas em contextos reais, possibilitando que conteúdos trabalhados em sala de aula fossem mobilizados na resolução de demandas apresentadas pelos territórios.

Em diversas propostas também foram identificadas atividades de diagnóstico, sistematização de informações, desenvolvimento de materiais educativos e produção de soluções tecnológicas, aproximando as práticas extensionistas dos processos de investigação e da produção de conhecimento. Somam-se a esses indicadores experiências desenvolvidas em articulação com escolas públicas, grupos de mulheres, empreendimentos de economia solidária e outros sujeitos dos territórios, nas quais foram observados processos de aproximação, diálogo e construção compartilhada de conhecimentos. Também se observa maior diversidade dos sujeitos sociais envolvidos nas ações extensionistas. Os projetos analisados estabeleceram interlocução com escolas públicas, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, grupos comunitários, empreendimentos de economia solidária e diferentes segmentos populacionais, reforçando a dimensão dialógica da extensão prevista na Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Outro aspecto evidenciado pela análise dos projetos refere-se à institucionalização da política extensionista. A presença de ações distribuídas entre diferentes cursos, áreas do conhecimento e *campi* demonstra que a curricularização deixou de constituir uma experiência unicamente localizada para assumir características de política institucional, ainda que permaneçam desafios relacionados à sua consolidação qualitativa.

É importante reconhecer que a política de curricularização, em seu desenho inicial, assumiu uma lógica distinta da que tradicionalmente orienta a extensão. Enquanto a extensão parte das demandas da sociedade em direção à instituição, um movimento de fora para dentro, a curricularização foi concebida majoritariamente a partir das estruturas curriculares e das necessidades internas dos cursos, ou seja, de dentro para fora. Essa inversão, embora tenha possibilitado maior institucionalização da extensão, acabou gerando certo distanciamento de suas práticas originárias, especialmente quanto à centralidade da sociedade como sujeito do processo. No entanto, observa-se que o aperfeiçoamento de projetos extensionistas nos campi tem contribuído para mitigar esse descompasso, fortalecendo o vínculo com os territórios e permitindo que a curricularização da extensão se aproxime cada vez mais dos princípios extensionistas fundantes como prática dialógica e transformadora.

DISCUSSÃO

A análise da implementação da curricularização da extensão no IFSP evidencia avanços institucionais, mas também revela desafios que atravessam o campo da educação superior brasileira, especialmente no âmbito da EPT. A partir do marco legal instituído pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, a curricularização da extensão foi incorporada de maneira estruturada nas diretrizes institucionais do IFSP, com a criação de normativas próprias, a reformulação dos PPCs e o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e registro. Tais ações demonstram o esforço institucional para consolidar a extensão como dimensão formativa indissociável do ensino e da pesquisa.

Entretanto, a efetivação dessa política não ocorre sem embates e desafios. As dificuldades identificadas vão desde a incompreensão

conceitual sobre o que constitui uma ação extensionista até a fragilidade na articulação entre as ações e as demandas concretas da sociedade. A análise de projetos submetidos aos editais específicos de curricularização revela propostas genéricas, centradas no espaço institucional e desvinculadas das realidades territoriais. Além disso, identificam-se problemas estruturais como escassez de recursos, sobrecarga de trabalho e insuficiência de registros adequados, que comprometem a consolidação da política.

As observações indicam, ainda, que a lógica predominante na formulação da curricularização da extensão, centrada nas estruturas curriculares e nas dinâmicas internas dos cursos, reproduz um movimento oposto ao que tradicionalmente orienta a extensão, marcada pelo diálogo com a sociedade. Essa inversão gerou distanciamentos em relação às práticas originárias da extensão, especialmente quanto à centralidade da relação dialógica com a sociedade.

Apesar disso, destacam-se iniciativas positivas e em expansão, como o fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o incentivo ao diálogo entre áreas do conhecimento, e os esforços para aprimorar os sistemas informatizados de gestão e registro. Essas medidas contribuem para superar o caráter formal da política, vinculando a extensão curricular aos seus princípios basilares de interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade, impacto na formação e impacto social. Os resultados também sugerem que a curricularização vem contribuindo para fortalecer o protagonismo estudantil, posto que a participação de estudantes em projetos desenvolvidos em contextos reais amplia oportunidades de aprendizagem baseada em problemas, trabalho interdisciplinar e interação com diferentes sujeitos sociais, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e cidadãs compatíveis com os objetivos formativos da extensão universitária.

CONCLUSÃO

A curricularização da extensão no IFSP constitui um processo complexo e ainda em construção. A pesquisa evidenciou avanços institucionais expressivos, materializados na criação de normativas próprias, na adequação de 100% dos PPCs de graduação e no esforço

de aprimoramento dos sistemas de gestão. Contudo, esses marcos formais contrastam com desafios qualitativos, como as lacunas conceituais sobre o fazer extensionista e o risco de desenvolvimento de ações sem diálogo efetivo com os territórios.

O estudo revelou uma tensão central na implementação dessa política, posto que enquanto a extensão, historicamente, mobiliza-se “de fora para dentro”, ou seja, a partir das demandas sociais, a curricularização foi inicialmente conduzida por um movimento predominantemente “de dentro para fora”, guiado pela necessidade de cumprimento de carga horária. Para que esse descompasso não esvazie o sentido da extensão, faz-se necessária uma transição cultural na instituição, pautada em formação continuada que vislumbre superar a visão assistencialista e estigmatizada da sociedade para reconhecê-la como agente da transformação e coparticipante da produção do conhecimento.

A partir da experiência do IFSP, recomenda-se que outras instituições de educação superior analisem criticamente como a curricularização da extensão vem sendo implementada em seus próprios contextos, de modo a evitar a mera transposição normativa. Reitera-se que, para que a política seja efetiva, é fundamental garantir o financiamento adequado e a criação de espaços de escuta das comunidades locais. Sugere-se, ainda, que pesquisas futuras se dediquem a avaliar o impacto dessas ações sob a ótica das próprias comunidades externas, bem como a investigar os desafios e as possibilidades da prática extensionista na Educação a Distância.

A consolidação dessa política pública dependerá, sobretudo, da capacidade da instituição de fortalecer os fundamentos políticos e pedagógicos da extensão, bem como garantir condições materiais para seu desenvolvimento, permitindo, assim, reafirmar o compromisso da educação superior com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF). Câmara de Extensão. *Extensão tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/iftoreitoria/pro-reitorias/proex/extendao/curricularizacao/legislacoes-da-curricularizacao-da-extendao/forumdeextensaodarededeeducacaoprofissionalcientificaetecnologicaforproex2013.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2026.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO OU CARGOS EQUIVALENTES DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (FORPROEXT). *Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF: CONIF, 2015. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/FORPROEXT-2015.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES/AS DE EXTENSÃO (FORPROEXT); FÓRUM DE DIRIGENTES DO ENSINO (FDE). *Diretrizes para a curricularização da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF: CONIF, 2020. Disponível em:

- <https://portal.conif.org.br/publicacoes/diretrizes-para-a-curricularizacao-da-extensao-na-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>. Acesso em: 1 abr. 2026.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- GADOTTI, M. *Extensão universitária: para quê?* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. 18 p. Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Relatório de gestão 2020*. São Paulo: IFSP, 2021a. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/RG2020/TEXTOS/RG2020.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Resolução Normativa IFSP nº 05/2021, de 5 de outubro de 2021*. Estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFSP e dá outras providências. São Paulo: IFSP, 2021b. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Curricularizacao/Resol_Norma_05_2021_Aprova_a_Curricularizacao_da_Extensao_IFSP.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Instrução Normativa IFSP nº 05/2022, de 11 de julho de 2022*. Esclarece e orienta sobre os aspectos operacionais dispostos na Resolução Normativa IFSP nº 5/2021, que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFSP e dá outras providências. São Paulo: IFSP, 2022. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Curricularizacao/IN_5-2022_-_IN_Curricularizacao_Extensao_IFSP.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.
- LOTTA, G. S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas.

- In: LOTTA, G. S. (org.). *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília, DF: Enap, 2019, p. 11-38.
- NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. (org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília, DF: Editora UnB, 2001, p. 57-72.
- NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18932>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- OVIDIO, R. B.; MARTINS, A. M. Curricularização da extensão: desafios e possibilidades. *Revista Conexão UEPG*, v. 20, e2423806, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v20.23806.022>. Acesso em: 9 maio 2025.
- RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- ROMÃO, J. E.; LOSS, A. S. A universidade popular no Brasil. In: SANTOS, E.; MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E. (org.). *Universidade popular: teorias, práticas e perspectivas*. Brasília, DF: Liber Livro, 2013, p. 81-123.
- SAKANO, L. H. S. *As ações de extensão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma leitura dos discursos e das práticas*. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.100.2022.tde-08062022-102018>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- SILVA, A. A. de F.; OLIVEIRA, G. S. de; ATAÍDES, F. B. Pesquisa-ação: princípios e fundamentos. *Revista Prisma*, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/39>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DECLARAÇÕES

Agradecimentos

Agradecemos a todos(as) os(as) extensionistas do IFSP, que promovem cotidianamente transformações sociais concretas por meio de práticas dialógicas e comprometidas com a realidade dos territórios.

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram igualmente para a produção deste artigo.

Financiamento

Financiamento próprio.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Paola Pinheiro Bernardi Primo.

Endereço para correspondência

Rua da Reitoria, 374, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05508-220.